



QUINTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
MAXPAV TERRAPLENAGEM & CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ.: 19.985.088/0001-76

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, os abaixo-assinados o Sr. **ÁQUILA ALVES VIEIRA**, brasileira, solteira, empresária, natural de Brasília - DF, nascida em 17/10/1978, filha do Sr. Osvaldo Vieira da Silva e da Sra. Maria de Lurdes Alves Vieira, residente e domiciliada na Rua 18 Quadra 28 Casa 26, Jardim Céu Azul, CEP: 72.871-018, Valparaíso de Goiás – GO, portadora do RG.: 1942099 SSPPC/DF, inscrita no CPF.: 903.108.021-72; único sócio componentes da Sociedade: **MAXPAV TERRAPLENAGEM & CONSTRUÇÕES LTDA**, devidamente registrada na **JUCEG sob n.º 52203332621** com despacho em 31/03/2014, inscrito no **CNPJ nº 19.985.088/0001-76**, estabelecido a Rua Santa Luzia, Modulo 30, Chácara Ipiranga, CEP. 72.879-290, Valparaíso de Goiás - (GO), resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, alterarem o Contrato Social, de acordo com as cláusulas e condições seguintes.

Clausula Primeira – Retira-se da Sociedade o Sra. **AQUILA ALVES VIEIRA**, já qualificado, possuidora de 900.000 (Novecentos mil) quotas no valor nominal de 1,00 (um) real cada uma, correspondente a R\$ 900.000,00 (Novecentos mil) reais.

Cláusula Segunda – É admitido na sociedade a sócia Sra. **MARIA DE LURDES ALVES VIEIRA**, brasileiro, casada, Comunhão Universal, nascido em 06/01/1956, empresária, CPF: 540.032.371-53, residente e domiciliado na RUA 18, SN, QUADRA 28, LOTE 26, Jardim Céu Azul Valparaíso de Goiás - GO, CEP 72871-018.

Parágrafo Primeiro - A Sra. **AQUILA ALVES VIEIRA** sede e transfere o total de 900.000 (Novecentos mil) de suas quotas no valor de R\$ 900.000,00 (Novecentos mil) reais para a Srt. **MARIA DE LURDES ALVES VIEIRA**.

Sócios	Quantidade de Quotas	Valor	%
MARIA DE LURDES ALVES VIEIRA	900.000	R\$ 900.000,00	100,00
TOTAL	900.000	R\$ 900.000,00	

Cláusula Terceira – A administração da sociedade que será exercida pela Sra. **MARIA DE LURDES ALVES VIEIRA** que fica investida na função de administradora da sociedade competindo-lhes, **ATIVA** e **PASSIVAMENTE**, em juízo ou fora dele, usar o nome empresarial, ficando, porém, vedado de usá-lo em negócios estranhos ao objetivo social, especialmente a prestação de avais, endossos ou caução em favor de terceiros.

Cláusula Quarta – A administradora declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.



Cláusula Quinta – Aprovar a consolidação do contrato social vista da modificação ora ajustada, como segue:

CONTRATO SOCIAL (CONSOLIDADO)

Da denominação social, objeto, sede e prazo da sociedade.

Cláusula Primeira – A sociedade adota a denominação social de: **MAXPAV TERRAPLENAGEM & CONSTRUÇÕES LTDA**, com sede social na Rua Santa Luzia, Modulo 30, Chácara Ipiranga, CEP. 72.879-290 Valparaíso de Goiás - (GO), podendo a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios, sendo o Nome Fantasia do Estabelecimento: **MAXPAV**.

Cláusula Segunda – O Objeto da Sociedade é: FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO, EXCETO PRODUTOS DO REFINO, OBRAS DE TERRAPLENAGEM, COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL, CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO, OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS, PERFURAÇÕES E SONDAGENS, LOCAÇÃO DE MAQUINAS LEVES E PESADAS, CONSTRUÇÃO CIVIL E REFORMAS E SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO TERRENO (DRENAGEM).

Atividade Principal:

1922-5/99 - Fabricação de outros produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino.

Atividade(s) Secundária(s):

4313-4/00 - Obras de terraplenagem;

4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral;

4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;

4222-7/01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação;

4213-8/00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas;

4312-6/00 - Perfurações e sondagens;

4319-3/00 - Serviços de preparação do terreno (drenagem).

Cláusula Terceira – A sociedade iniciou suas atividades em 01 de Março de 2014 e tem tempo indeterminado;



Do capital social, das cotas e da responsabilidade dos sócios.

Cláusula Quarta – O capital social é de R\$ 900.000,00 (Novecentos Mil Reais) divididos em 900.000 (Novecentas Mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum Real) cada uma, subscritas e integralizadas em moeda corrente do país pela sócia, da seguinte forma:

Sócios	Quantidade de Quotas	Valor	%
MARIA DE LURDES ALVES VIEIRA	900.000	R\$ 900.000,00	100,00
TOTAL	900.000	R\$ 900.000,00	100,00

Parágrafo Primeiro – As cotas não poderão ser cedidas, a qualquer título, sem a autorização dos sócios remanescentes, se colocadas à venda, o alienante deverá apresentar proposta escrita e detalhada das condições de venda aos demais sócios, os quais terão direito de preferência a ser exercido no prazo de 60 (sessenta) dias, vencido este prazo sem manifestação de interesse, o proponente poderá, nas condições apresentadas, vender suas cotas a sócio e/ ou a terceiros.

Parágrafo Segundo – Nos termos do artigo 1.052 da lei 10.406/2002, a responsabilidade de cada sócio é de acordo ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social;

Dos administradores, seus poderes e atribuições.

Cláusula Quinta - A administração da sociedade é exercida pela **MARIA DE LURDES ALVES VIEIRA** que fica investidos na função de administradores da sociedade competindo-lhes, **ATIVA** e **PASSIVAMENTE**, em juízo ou fora dele, usar o nome empresarial, ficando, porém vedado de usá-lo em negócios estranhos ao objetivo social, especialmente a prestação de avais, endossos ou caução em favor de terceiros.

Parágrafo Primeiro – Pelos serviços prestados a sociedade, cada administrador tem direito a uma retirada mensal a título de pró-labore em valor a ser fixado em comum acordo entre eles ou até o limite de dedução fiscal prevista na legislação do imposto de renda, a qual será levada a conta de despesas da sociedade.

Da reunião de sócios e deliberações sociais

Cláusula Sexta – Dispensar-se-á a reunião quando todos decidirem por escrito sobre as matérias objeto da mesma, na forma do parágrafo 3º do art. 1.072 do Código Civil.

Parágrafo Primeiro – As reuniões dos sócios serão convocadas por qualquer um dos sócios através de carta circular ou de e-mail, entregue até o dia anterior a data marcada, constando o local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Segundo – As reuniões dos sócios serão instaladas, presididas e secretariadas segundo o que dispõe o art. 1.074 e seus parágrafos e o art. 1.075, podendo ser convocado um



empregado da sociedade para secretariar os trabalhos; quanto à ata, lavrada no livro próprio, observar-se-á o disposto no parágrafo 1º ao 3º do art. 1.075.

Parágrafo Terceiro – As deliberações sociais sobre as matérias legais ou contratuais serão tomadas segundo o quórum estabelecido pelo Código Civil.

Das demonstrações contábeis e da destinação dos resultados

Cláusula Sétima – Ao fim de cada exercício social, que coincidirá com o término do ano civil, a administração elaborará, com base nos livros contábeis, as demonstrações contábeis exigidas pela legislação civil e fiscal.

Cláusula Oitava – O lucro ou prejuízo apurado ao término do exercício social, será distribuído entre os sócios na proporção de suas cotas, e/ou deixado em suspenso (acumulado), e/ou incorporado ao capital social.

Da dissolução, apuração e pagamento dos haveres.

Cláusula Nona – Em caso de falecimento, interdição ou inabilitação de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, sendo, porém que em qualquer das hipóteses acima, fica o sócio remanescente na obrigação de proceder a um balanço geral dentro de 30 (trinta) dias da data do acontecimento para apuração dos haveres do sócio falecido, interditado ou inabilitado, a si ou a seus herdeiros.

Parágrafo Primeiro – Apurado por balanço os haveres do sócio falecido, serão pagos em cinco prestações iguais, com vencimento mensal, vencendo-se a primeira em 90 (noventa) dias após apresentada à sociedade a autorização judicial, que permita formalizar-se a operação, inclusive perante o registro do comércio e outros órgãos.

Parágrafo Segundo – Fica, entretanto facultadas, mediante consenso unânime entre os sócios e herdeiros outras condições de pagamento desde que não afetem à situação econômica e financeira da sociedade.

Parágrafo Terceiro – Mediante acordo os sócios remanescentes, os herdeiros, sucessores e o incapaz poderão ingressar na sociedade, caso não haja impedimento legal quanto a sua capacidade jurídica.

Parágrafo Quarto – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Das disposições gerais transitórias

Cláusula Décima - Nas omissões deste instrumento e das normas do Código Civil sobre as limitadas, a sociedade reger-se-á pelo que dispõe o referido Código sobre as sociedades



simples, elegendo, os contratantes, o foro da comarca de Valparaíso de Goiás – GO, para dirimir as questões ou ações oriundas do presente contrato.

Declaração de Desimpedimento

Cláusula Décima Primeira - Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Assim, por estarem ambas as partes, em pleno acordo, justo e contratado, firmam a presente Alteração Contratual.

Valparaíso de Goiás-(GO), 26 de Maio de 2025.

MARIA DE LURDES ALVES VIEIRA
Sócia Administradora

AQUILA ALVES VIEIRA
Sócia - Retirante



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MAXPAV TERRAPLENAGEM & CONSTRUÇÕES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
54003237153	MARIA DE LURDES ALVES VIEIRA
90310802172	AQUILA ALVES VIEIRA



CERTIFICO O REGISTRO EM 30/05/2025 08:30 SOB Nº 20251414752.
PROTOCOLO: 251414752 DE 26/05/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12508806012. CNPJ DA SEDE: 19985088000176.
NIRE: 52203332621. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 26/05/2025.
MAXPAV TERRAPLENAGEM & CONSTRUÇÕES LTDA

SUZANA FONTES BORGES FILETI
SECRETÁRIA-GERAL
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.